

Caros Amigos, dirigentes e militantes da Liga Portuguesa dos Direitos Humanos /  
CIVITAS

É objectivo central da nova direcção dar continuidade e, se possível, reforçar a acção desenvolvida durante a presidência de Manuel Macaísta Malheiros, a quem saúdo declarando quanto me honra ser seu sucessor.

Convém relembrar alguns traços marcantes do percurso das duas organizações que, em 15 de Dezembro de 2008, se fundiram dando origem à Liga Portuguesa dos Direitos Humanos / CIVITAS.

Fundada em Abril de 1921 por iniciativa de Magalhães Lima, ao tempo Grão Mestre da Maçonaria Portuguesa, a Liga Portuguesa dos Direitos Humanos assumiu como prioridade defender os princípios de liberdade e justiça enunciados na Declaração dos Direitos do Homem proclamados em 1789 e em 1793.

Não admira portanto, tendo em conta os objectivos que prosseguia, a perseguição de que a Liga foi vítima durante os regimes salazarista e caetanista.

Veio o 25 de Abril. E com ele a possibilidade para todos os portugueses de se exprimirem livremente e de defenderem publicamente projectos de futuro para o País.

A Liga podia, agora, desenvolver plenamente as suas actividades.

Só que a atenção dos portugueses virou-se, naturalmente, para os partidos políticos: uns que saíam da clandestinidade. Outros que se constituíam, dando assim expressão à pluralidade de opiniões que então fervilhavam no espaço público em Portugal.

Decididamente, o tempo não estava de feição para organizações não partidárias e que buscavam a sua legitimidade na sociedade civil.

A década de oitenta é marcada pela crise económica e financeira e pelo esfumar dos ardores revolucionários dos anos anteriores. Por razões que não cabe aqui desenvolver, começa então a manifestar-se algum desencanto relativamente à actividade estritamente partidária e a avolumar-se a vontade de se encontrar formas alternativas de organização social e política.

É neste contexto que, em 22 de Dezembro de 1989, um grupo de personalidades decide criar uma outra associação igualmente destinada à defesa e promoção dos Direitos Humanos – a CIVITAS. Segundo consta da Acta da respectiva reunião, a mesa era presidida por Magalhães Mota, secretariado por Vasco Lourenço e por Vítor Sá Machado. Intervieram Victor Alves, que viria a ser o primeiro presidente da CIVITAS, Helena Cidade Moura, sua principal animadora, Vítor Melícias, Fernando Amaral, Natália Correia, Domingos Moura, José Sanches Osório, etc.

Tantos nomes que recordamos hoje com saudade.

Quase uma década depois. Mais exactamente, em 15 de Dezembro de 2008, uma lufada de bom senso inspirou dirigente e militantes da Liga Portuguesa dos Direitos Humanos e da CIVITAS que optaram por reunir esforços no interior de uma só organização.

Aparece assim a Liga Portuguesa dos Direitos Humanos / CIVITAS que, segundo o Artº 4º dos estatutos, deverá pautar a sua actuação:

- Pelos direitos fundamentais consignados na Constituição da República Portuguesa
- Pela Declaração Universal dos Direitos do Homem
- Pela Declaração Universal dos Direitos da Criança
- Pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem
- Pela Carta Social Europeia
- Pela Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia
- Pela Convenção Internacional para a Protecção e Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

No Artº 3º dos mesmos Estatutos declara-se que a Liga Portuguesa dos Direitos Humanos / CIVITAS deve denunciar e combater a violação de direitos fundamentais tais como:

- Direito à igualdade humana
- Direito à igualdade de oportunidades
- Direito à participação cívica e à cidadania activa
- Direito à cultura e à educação
- Direito ao trabalho
- Direito à saúde
- Direito à segurança social
- Direito à habitação
- Direito à livre expressão cívica, política e religiosa
- Direito à informação
- Direito a um ambiente são e equilibrado
- Direito ao património cultural
- Direito à justiça

Convido-vos a reflectir sobre a situação em que se encontra o nosso país. Hoje. E logo concluirão quanto árdua é a nossa tarefa, a dos dirigentes e militantes da Liga Portuguesa dos Direitos Humanos / CIVITAS, se apostarmos em cumprir, de facto, os Estatutos da organização.

A violação de direitos fundamentais tornou-se prática inscrita no quotidiano dos portugueses. E, o que é grave, perante uma apatia quase generalizada. Segundo o sociólogo Rui Brites que cita a propósito dados recolhidos pelo European Social Survey, Portugal constitui, dos 30 países europeus analisados, aquele onde o desinteresse pela política é mais forte. À pergunta “De um modo geral qual o seu interesse pela política”, 71% afirmam ter “nenhum” ou “pouco” interesse!...

A proposta de constituição dos Órgãos Sociais que acabou de ser votada foi elaborada de acordo com três aspectos que reputamos de essenciais: continuidade, renovação/rejuvenescimento, descentralização.

A continuidade está espelhada, nomeadamente, na constituição do Conselho Fiscal e do Plenário Nacional assim como na presença, na Direcção, de membros como Rui Pedrosa, Deolinda Machado, Artur Pita Alves.

A renovação manifesta-se na entrada para a Direcção de quatro jovens – Luís Teixeira, Maria Ejarque, Sofia Branco e Liliana Pacheco, os três primeiros na qualidade de vice-presidentes e o último como secretário geral.

Sobre estes jovens, gostaria, em jeito de apresentação, de dizer algumas palavras.

Luís Teixeira é mestre em Políticas Comparadas e tem desenvolvido inúmeras actividades em organizações não governamentais, nomeadamente as ligadas à cultura e ao ambiente. Destaco, por outro lado, a sua participação numa investigação em curso que tem como objecto o estudo dos movimentos sociais em Setúbal, onde reside, através dos murais que ao longo das últimas décadas ilustraram as paredes da cidade.

Maria Ejarque é igualmente titular de um mestrado, mas em Ciências da Comunicação. Prepara um doutoramento em Ciência Política. Trabalhou na sede da UNESCO, em Paris e, actualmente, é assessora do ministro da Defesa do governo de Timor-Leste.

Sofia Branco é jornalista especializada em temáticas relacionadas com os Direitos Humanos. Na sequência de eleições que mobilizaram a classe assegura, desde o início do ano, a presidência do Sindicato dos Jornalistas.

Mestre em Ciências da Comunicação e doutoranda na mesma área científica, Liliana Pacheco tem desempenhado um papel fundamental nos projectos de investigação por mim coordenados desde há uma dezena de anos.

A renovação manifesta-se também na entrada para a direcção de Maria Luísa Marques Júnior. Uma economista cuja vida tem estado ligada, estreitamente, à defesa de causas de natureza social e política.

Falta referir o terceiro pilar: a descentralização. Esta é assegurada pela entrada para a Direcção de Francisco Teixeira, de Guimarães, e de Conceição Lopes, professora na Universidade de Aveiro.

Sublinho, a propósito, que Aveiro e a região de Guimarães/Braga se distinguiram pela quantidade e qualidade das iniciativas que desenvolveram durante o tempo da CIVITAS.

Para além da nobreza dos seus propósitos, atrevo-me a dizer que a Liga Portuguesa dos Direitos Humanos / CIVITAS é uma marca que importa reforçar. É um património que urge consolidar.

Com efeito, a Liga Portuguesa dos Direitos Humanos / CIVITAS, é uma instituição de utilidade pública. Está filiada na AEDH e na FIDH.

Uma das minhas prioridades consiste, aliás, em contribuir para reforçar esta dimensão internacional e, no que respeita à FIDH, em contribuir para relançá-la.

Não quero terminar esta minha intervenção sem agradecer, uma vez mais, a dedicação e a clarividência com que Macaísta Malheiros pontuou a sua presidência. E deixar uma palavra de apreço para toda a direcção, em particular para Victor Graça que, em momentos por vezes nada fáceis, soube manter o barco à tona d'água.

Para todos vai o meu reconhecimento e a garantia de que farei o melhor que estiver ao meu alcance.

JOSÉ REBELO